



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

Relatório da Administração - Exercício de 2015

Senhores Acionistas: A Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC" ou "Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Companhia é uma sociedade por ações, controlada pelo Estado de São Paulo, e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de setembro de 2009 ("Lei Autorizativa" ou "Lei nº 13.723/2009"). Tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures realizadas nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI, e do Programa Especial de Parcelamento - PEP. **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real ("1ª Emissão"), distribuídas com esforços recíprocos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações ("Debêntures Subordinadas"), no valor de R\$ 1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos

recebidos à amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão conta com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estão sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que inclui um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Até 31 de dezembro de 2015, já haviam sido amortizadas 44 parcelas das 46 previstas da 1ª Emissão, e o saldo devedor das debêntures alcançava R\$ 31.809.886. Na data-base mencionada os direitos creditórios ativos vincendos do PPI somavam R\$ 515.228.153. A 1ª Emissão obteve nota de rating "brAA" atribuída pela *Standard & Poors*, na data de emissão. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração do Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 ("1ª Série da 2ª Emissão"), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real ("2ª Série da 2ª Emissão"). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. Após a subscrição das debêntures da 2ª Estruturação a amortização das Debêntures Subordinadas passou a depender do cumprimento de todas as obrigações previstas nas escrituras da 3ª Emissão e da 1ª Série da 2ª Emissão. A 1ª Série da 2ª Emissão obteve nota de rating "brBBB", atribuída pela *Standard & Poors*, na data da emissão. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia

promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("3ª Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R\$ 750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos excedentes verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente às 3 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. A 3ª Emissão obteve nota de rating "brAA", atribuída pela *Standard & Poors*, na data de emissão. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 8.680.520, conforme destacado nas notas explicativas, sendo que deste resultado, R\$ 22.696.563 são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas. A Administração irá propor o pagamento de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 3.716.189, correspondente a R\$ 1,10931015, por ação ordinária, sendo R\$ 929.047, provisionados no passivo circulante, referente ao dividendo obrigatório, previsto artigo 202, da Lei nº 6.404/76, e no Estatuto da Companhia, e os R\$ 2.787.142 restantes, contabilizados na rubrica "Reserva Especial", no patrimônio líquido. O dividendo proposto será pago aos acionistas após a aprovação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em abril de 2016. Em setembro de 2015, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada para a prestação de serviços de auditoria independente, relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia e do Informe Trimestral de Securitizadora. As Demonstrações Financeiras serão apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em atendimento à Instrução nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante desta demonstração e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Valores expressos em reais R\$)

Ativo	Notas Explicativas		2015	2014	Passivo	Notas Explicativas		2015	2014
	2015	2014				2015	2014		
Circulante			1.128.347.220	1.650.679.727	Circulante			534.704.580	350.362.854
Caixa e Equivalente de Caixa	4		144.243.896	91.764.151	Obrigações Sociais e Trabalhistas			104.416	110.533
Banco			98.104	6.261.742	Obrigações Sociais			50.166	46.468
Aplicações financeiras			144.145.792	85.502.409	Obrigações Trabalhistas			54.250	64.065
Contas a Receber	5 e 9		976.735.921	1.555.079.133	Fornecedores			69.724	22.940
Direitos Crditórios a Receber - PPI			265.717.029	283.034.393	Fornecedores			24.522	22.940
Ajuste a Valor Justo			(71.428.290)	(52.899.823)	Provisões para Pagamentos e Efetuar			45.202	-
Direitos Crditórios a Receber - PEP			793.380.230	1.331.364.953	Obrigações Fiscais			70.124	942.488
Ajuste a Valor Justo - PEP			(10.933.048)	(6.420.390)	Obrigações Fiscais Federais			70.124	942.488
Tributos a Recuperar	6		7.350.059	3.806.351	Debêntures	7		526.184.880	342.657.624
Tributos Correntes a Recuperar			7.350.059	3.806.351	Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão			31.809.886	179.469.809
Adiantamento a funcionários			-	10.892	(-) Custo de Emissão de Debêntures - 1ª emissão			(24.025)	(707.083)
Adiantamento de férias			-	10.892	Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão			276.351.193	169.225.527
Outros Ativos Circulantes			17.344	19.200	(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino			(4.645.359)	(5.330.629)
Despesas Antecipadas			17.344	19.200	Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão			222.895.022	-
Não Circulante			5.445.722.416	5.432.485.661	(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão			(201.837)	-
Tributos Diferidos	9		27.457.384	36.585.112	Outras Obrigações			8.275.436	6.629.269
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			27.457.384	36.585.112	Dividendo Mínimo Obrigatório			929.047	-
Contas a Receber	5 e 9		5.418.252.464	5.395.884.994	Valores Transitórios a Pagar	8		7.127.946	500.574
Direitos Crditórios a Receber - PPI			249.511.124	517.204.000	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			218.443	195.754
Direitos Creditórios - PPI Rompidos			656.982.007	544.422.760	Comissões a Pagar			-	2.878.301
Ajuste a Valor Justo			(97.323.817)	(168.752.107)	Juros a pagar s/Capital Próprio			-	3.054.640
(-) Direitos Creditórios PPI Rompidos			(2.610.943)	(2.437.944)	Não Circulante			5.762.579.210	6.458.668.543
Direitos Crditórios a Receber - PEP			2.343.956.218	4.362.750.083	Debêntures	7 e 9		5.762.579.210	6.458.668.543
Direitos Creditórios - PEP Rompidos			2.279.447.446	165.340.821	Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão			-	31.809.880
Ajuste a Valor Justo - PEP			(11.709.571)	(22.642.619)	(-) Custo de Emissão de Debêntures - 1ª emissão			-	(24.025)
Ativo Permanente			12.568	15.555	Debêntures Subordinadas 1ª emissão			815.370.571	885.647.461
Imobilizado			12.568	15.555	Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão			(87.995.097)	(114.048.658)
Bens Móveis			11.335	11.335	Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão			367.488.255	640.218.349
Outras Imobilizações			14.510	14.510	(-) Custo de Emissão de Debêntures Mezanino			(4.505.289)	(9.150.647)
(-) Depreciações Acumuladas			(13.277)	(10.290)	Debêntures - 2ª Série da 2ª Emissão			4.240.880.071	5.067.585.252
Total do Ativo			6.574.069.636	7.083.165.388	Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão			(36.827.091)	(43.369.069)
					Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão			468.479.929	-
					(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão			(312.139)	-
					Patrimônio Líquido	9 e 10		276.785.846	274.133.991
					Capital Integralizado			335.000.000	335.000.000
					Reserva Legal			810.422	614.833
					Reserva Especial			2.787.142	-
					Prejuizos Acumulados			(22.696.563)	(4.768.742)
					Ajustes de Avaliação Patrimonial			(39.115.155)	(56.712.100)
					Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			6.574.069.636	7.083.165.388
					parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais R\$)

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	Notas Explicativas		2015	2014	Anúncios e Publicações	Notas Explicativas		2015	2014
	2015	2014				2015	2014		
Receita Atualização PPI - Selic	16		821.599.971	188.920.761	Despesas Legais e Societárias	12		(363.784)	(106.692)
Receita Atualização PEP			147.333.607	132.351.987	Outras Receitas/Despesas Operacionais	12		(84.740)	(44.231)
Custo dos de Bens e/ou Serviços Vendidos	7 e 16		(818.140.055)	(171.315.770)	Outras Receitas Operacionais			(328.384)	92.882
Juros Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão			(20.248.816)	(40.640.221)	Outras Despesas Operacionais			15.334	345.772
Juros Debêntures Subordinadas - 1ª emissão			(84.233.598)	(73.449.500)	Outras Despesas Operacionais	12		(343.718)	(252.890)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão			(114.453.663)	(433.999)	Resultado Financeiro	4 e 13		18.031.778	7.657.414
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão			(544.783.872)	(49.647.285)	Receitas Financeiras			19.511.393	8.164.610
Juros Termo Cessão PEP			-	(7.144.765)	Despesas Financeiras			(1.479.615)	(507.196)
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão			(54.420.106)	-	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro			17.808.249	22.935.553
Resultado Bruto			3.459.916	17.604.991	Apuração de Impostos	9 e 14		(9.127.729)	(6.230.676)
Despesas/Receitas Operacionais			(3.683.445)	(2.326.852)	Imposto de Renda			-	(739.660)
Despesas Gerais e Administrativas			(3.355.061)	(2.419.734)	Contribuição Social sobre o Lucro			-	(274.918)
Despesas com Salários	11		(1.321.341)	(1.113.266)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			(9.127.729)	(5.216.098)
Encargos Sociais e Obrigações	11		(625.029)	(598.297)	Lucro do Exercício	1 e 10		8.680.520	16.704.877
Serviços Técnicos Especializados	12		(960.167)	(557.248)	Lucro Líquido por Ação (Básico e Diluído)	19		2.591.200	4.986.533
					parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais R\$)

Saldos em 01 de janeiro de 2015	Notas Explicativas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuizos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial			
Reserva líquida do exercício		335.000.000	614.833	-	(56.712.100)	(4.768.742)	274.133.991
Reserva legal	10	-	-	-	-	8.680.520	8.680.520
Reserva especial - lucros a destinar	10	-	195.589	-	-	(195.589)	-
Ajuste de avaliação patrimonial - 3ª Emissão	9	-	-	2.787.142	-	(2.787.142)	-
Destinação da parcela do ajuste avaliação patrimonial realizado no exercício	9	-	-	-	-	(22.696.563)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10	-	-	-	-	(929.047)	(929.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		335.000.000	810.422	2.787.142	(39.115.155)	(22.696.563)	276.785.846
Saldos em 01 de janeiro de 2014		335.000.000	169.360	236.879	(81.143.526)	(7.795.411)	246.467.302
Ajuste de avaliação patrimonial - 2ª Emissão	9	-	-	-	14.253.331	-	14.253.331
Reserva líquida do exercício		-	-	-	-	16.704.877	16.704.877
Reserva Legal	10	-	445.473	-	-	(445.473)	-
Destinação da parcela do ajuste avaliação patrimonial realizado no exercício	9	-	-	-	10.178.095	(10.178.095)	-
Juros s/Capital Próprio Provisionado	10	-	-	-	-	(3.054.640)	(3.054.640)
Distribuição de Dividendos		-	-	(236.879)	-	-	(236.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		335.000.000	614.833	-	(56.712.100)	(4.768.742)	274.133.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação	COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC	
Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais R\$)	Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em Reais R\$)	
	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	8.680.520	16.704.877
Outros Resultados Abrangentes	(22.696.563)	(10.178.095)
Resultado Abrangente do Exercício	(14.016.043)	6.526.782
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		
Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro (Valores expressos em Reais R\$)	2015	2014
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	821.615.305	189.266.533
Receita Atualização PPI - Selic	94.433.784	97.678.141
Realização Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	52.899.823	34.673.846
Outras Receitas Operacionais	15.334	345.772
Receita Atualização PEP	651.716.903	56.468.189
Realização Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	6.420.390	100.585
Receita Liquidação Debêntures - 3ª emissão	16.129.071	-
Despesas e Insumos Adquiridos de Terceiros	(819.771.137)	(172.243.666)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(1.631.082)	(927.896)
Juros de Debêntures com Garantia Real - 1ª emissão	(20.248.816)	(31.630.343)
Juros de Debêntures Subordinadas - 1ª emissão	(58.180.037)	(54.117.119)
Ajuste a Valor Justo - 1ª emissão	(26.053.561)	(19.332.381)
Ajuste a Valor Justo - 2ª emissão	(1.442.359)	(47.857)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª série da 2ª emissão	(114.453.663)	(9.443.877)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	(543.341.513)	(49.599.428)
Juros de Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	(54.420.106)	-
Juros Termo de Cessão do PEP	-	(7.144.765)
Valor Adicionado Bruto	1.844.168	17.022.867
Retenções	(2.986)	(2.986)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.986)	(2.986)
Valor Adicionado Líquido Produzido	1.841.182	17.019.881
Valor Adicionado Recebido em Transferência	18.031.778	7.657.414
Receitas Financeiras	19.511.393	8.164.610
Despesas Financeiras	(1.479.615)	(507.196)
Valor Adicionado Total a Distribuir	19.872.960	24.677.295
Distribuição do Valor Adicionado	19.872.960	24.677.295
Pessoal	1.495.637	1.329.170
FGTS	93.455	78.473
Impostos, Taxas e Contribuições	9.603.348	6.564.775
Remuneração de Capitais Próprios	8.680.520	16.704.877
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	929.047	3.054.640
Lucros Retidos/Prejuízo do Período	7.751.473	13.650.237
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Securitização (“Companhia” ou “CPSEC”) é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, constituída em 15 de outubro de 2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723, de 29 de Setembro de 2009. Vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. A Companhia é registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As Demonstrações Financeiras apresentadas contemplam as operações de emissão de debêntures nos anos de 2012, 2014 e 2015, com lastro nos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI (“PPI”), e do Programa Especial de Parcelamento - PEP (“PEP”). **1ª Estruturação:** Em abril de 2012, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, direitos creditórios originários do PPI no montante de R\$ 2.079.840.969 (base em 1º de março de 2012). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 926.088.398 foi realizada com capital próprio e com recursos captados por meio da integralização da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real (“1ª Emissão”), distribuídas com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução 476/2009, o restante da integralização se deu com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 1ª Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações (“Debêntures Subordinadas”), no valor de R\$ 1.153.752.571. A estruturação foi amparada em instrumentos jurídicos e uma série de procedimentos e processos implementados pela Companhia, pelo Estado de São Paulo, e por terceiros, visando garantir a prioridade dos pagamentos devidos aos detentores da 1ª Emissão de debêntures com os recursos advindos dos direitos creditórios do PPI, e em seguida, com o excedente dos recursos recebidos a amortização das Debêntures Subordinadas. A 1ª Emissão conta com garantia real representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PPI e das contas correntes e de investimentos onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, os quais estão sob a gestão e movimentação do agente fiduciário da 1ª Emissão, que inclui um fundo de amortização em montante igual ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento da 1ª Emissão. Por ocasião da 2ª Estruturação, foi constituída garantia real adicional representada pela cessão fiduciária da conta corrente em que a Companhia recebe o fluxo financeiro dos direitos creditórios do PEP adquiridos do Estado de São Paulo em 28 de novembro de 2014. Até 31 de dezembro de 2015, já haviam sido amortizadas 44 parcelas das 46 previstas da 1ª Emissão, e o saldo devedor das debêntures alcançava R\$ 31.809.886. Na data-base mencionada os direitos creditórios ativos vincendos do PPI somavam R\$ 515.228.153. A 1ª Emissão obteve nota de *rating* “brAA” atribuída pela *Standard & Poors*, na data de emissão. Com o advento da 2ª Estruturação, abordada abaixo, a nota atribuída à 1ª emissão foi elevada para “brAAA”. **2ª Estruturação:** Em dezembro de 2014, por meio da Celebração do Contrato de Cessão, a Companhia adquiriu do Estado de São Paulo direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (base 28 de novembro de 2014). A liquidação financeira em moeda corrente no valor de R\$ 809.009.878 foi realizada com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real, distribuídas com esforços restritos de colocação para investidores qualificados, nos termos da Instrução 476/2009 (“1ª Série da 2ª Emissão”), o restante se deu com a subscrição, pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia, Adicional Real (“2ª Série da 2ª Emissão”). A 2ª Emissão conta com garantia adicional real representada pela cessão fiduciária da conta corrente para a qual o excedente dos fluxos financeiros do PEP é direcionado após o pagamento da 3ª Emissão, e de um fundo de amortização em montante igual a 1,2 vezes o valor estimado da próxima parcela de pagamento de remuneração e amortização da 1ª Série da 2ª Emissão, observado ainda que o pagamento da 2ª Série da 2ª Emissão é realizado com os recursos que excederem o pagamento da 1ª Série da 2ª Emissão. Após a subscrição das debêntures da 2ª Estruturação a amortização das Debêntures Subordinadas passou a depender do cumprimento de todas as obrigações previstas nas escrituras da 3ª Emissão e da 1ª Série da 2ª Emissão. À 1ª Série da 2ª Emissão obteve nota de *rating* “brBBB”, atribuída pela *Standard & Poors*. Ainda em relação à 2ª Estruturação, em 18 de maio de 2015, a Companhia promoveu a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública (“3ª Emissão”), nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, no valor total de R\$ 740.000.000, na data de emissão. Em virtude do cumprimento de todas as etapas, formalidades e condições exigidas nos documentos da operação, assim como em razão da efetiva liquidação da 3ª Emissão ter sido realizada somente em 8 de julho de 2015, os registros contábeis relacionados a estas debêntures foram efetuados nas demonstrações financeiras da Companhia do 3º trimestre de 2015. Convém informar, ainda, que dos recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão, o valor de R\$ 750.000.000 foi direcionado para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª Estruturação. A garantia real da 3ª Emissão é representada pela cessão fiduciária dos direitos creditórios do PEP e dos fluxos excedentes verificados nas contas correntes onde transitam os fluxos financeiros relacionados à 1ª Estruturação, bem como, de um fundo de amortização em montante equivalente as 3 próximas parcelas de pagamento de remuneração e amortização. À 3ª Emissão obteve nota de *rating* “brAA”, atribuída pela *Standard & Poors*. **Desempenho:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 8.680.520 (R\$ 16.704.877, em 2014), sendo que deste resultado, R\$ 22.696.563 (R\$ 10.178.095, em 2014) são provenientes da realização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, mantidos com Partes Relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **a)** Base de mensuração - Os principais ativos e passivos foram mensurados inicialmente (mensuração inicial) pelo seu valor justo e posteriormente (mensuração posterior) pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. **b)** Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. **c)** Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial, conforme detalhado na nota explicativa nº 9. **d) Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. **Reclassificações:** Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, foram efetuadas reclassificações na demonstração do resultado do exercício conforme demonstrado abaixo:

	Saldos originais	Reclassificações	Saldos reclassificados
Serviços Técnicos Especializados	(305.680)	(251.568)	(557.248)
Outras Despesas Operacionais	(504.458)	251.568	(252.890)
Aprovação das Demonstrações Financeiras: A aprovação para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2016.			
3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício. b) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos - A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos - Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, se for o caso, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a transação seja realizada com a mesma contraparte, a Companhia tenha o direito legal e contratual de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. c) Redução ao valor recuperável (“impairment”): Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ativos não financeiros: O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. d) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. e) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. f) Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado inclui a realização do ajuste a valor justo dos direitos creditórios e das debêntures (Nota 9). g) Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. h) Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.			
4. Caixa e Equivalentes de Caixa			
	31/12/2015	31/12/2014	
Bancos	98.104	6.261.742	
Aplicações Financeiras (*)	144.145.792	85.502.409	
Total	144.243.896	91.764.151	

(*) Composição das aplicações financeiras: (i) Cotas do Fundo de Amortização da 1ª Emissão de debêntures com garantia real - BB CPSEC FIC RF LP no valor de R\$ 32.621.605 (R\$ 84.314.072, em 2014). (ii) Conta movimento da Companhia - BB CPSEC FIC RF LP no valor de R\$ 10.379.576 (R\$ 1.112.323, em 2014). (iii) Conta recebimento PPI - BB CPSEC FIC RF LP no valor de R\$ 695.990 (R\$ 16.020, em 2014). (iv) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP (incluído o Fundo de Amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão) da Conta de Recebimento da 2ª Emissão no valor de R\$ 34.259.552. (v) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP da Conta de Despesas da 2ª Emissão no valor de R\$ 532.165. (vi) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP (incluído o Fundo de Amortização das Debêntures da 3ª Emissão) da Conta de Recebimento do PEP no valor de R\$ 65.149.392. (vii) Cotas do Fundo de Investimento BB CPSEC FIC RF LP da Conta de Despesas da 3ª Emissão no valor de R\$ 507.512. As cotas dos fundos de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador. As cotas mencionadas nos itens acima se referem às aplicações no BB CPSEC FIC RF LP, fundo exclusivo da CPSEC que investe seus recursos no BB Top RF Conservador Fundo de Investimento de Renda Fixa Longo Prazo, cuja carteira é composta substancialmente de operações compromissadas e títulos públicos. O resultado auferido com a remuneração das aplicações financeiras foi registrado como “Receitas Financeiras” no montante de R\$ 19.511.393 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 8.164.610 em 2014).

5. Direitos Creditórios: Representados pelos valores dos Direitos Creditórios oriundos do PPI (Programa de Parcelamento de Incentivado do ICMS/SP) ativos e do PEP (Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP). Os Direitos Creditórios do PPI têm condições de realização e atualização pela taxa Selic estabelecida em contrato. Já os Direitos Creditórios do PEP têm condições de realização e atualização pré-fixada, com percentual estabelecido em contrato, conforme o prazo de parcelamento escolhido pelo contribuinte. Dessa forma, tanto os Direitos Creditórios do PPI, quanto os Direitos Creditórios do PEP, caracterizam-se como recebíveis.

Continuação
As segregações dos estoques de Direitos Creditórios do PPI e do PEP estão demonstradas abaixo, conforme o prazo de realização:

Carteira de Recebíveis - PPI		
	31/12/2015	31/12/2014
Classificação	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	265.717.029	283.034.393
Até 24 meses	203.308.010	262.197.752
Até 48 meses	45.739.404	252.076.015
Até 60 meses	177.176	2.240.960
Após 60 meses	286.534	689.273
Total	515.228.153	800.238.393
PPI rompido (1)	656.982.007	544.422.760
PPI rompido - redutora (1)	(2.610.943)	(2.437.944)
Ajuste a Valor Justo (2)	(168.752.107)	(221.651.930)
Total	1.000.847.110	1.120.571.279
Curto Prazo	265.717.029	283.034.393
Longo Prazo	249.511.124	517.204.000

(1) Referem-se a créditos vencidos de parcelamentos rompidos, que serão compensados com as debêntures subordinadas e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo, findo a amortização das debêntures com garantia real. A conta redutora de PPI Rompidos, no valor de R\$ 2.610.943, refere-se ao somatório dos valores recebidos pelo Estado, mediante cobrança judicial/PGE, oriundos de débitos tributários incluídos no PPI cedidos, e que foram transferidos posteriormente à Companhia. (2) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações do período, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo (Nota 9).

Carteira de Recebíveis - PEP		
	31/12/2015	31/12/2014
Classificação	Saldo devedor	Saldo devedor
Até 12 meses	793.380.230	1.331.364.953
Até 24 meses	604.812.896	993.305.583
Até 48 meses	821.589.162	1.491.392.793
Até 60 meses	281.772.982	509.541.424
Após 60 meses	635.781.178	1.368.510.283
Total	3.137.336.448	5.694.115.036
PEP rompido (3)	2.279.447.446	165.340.821
Ajuste a Valor Justo (4)	(22.642.619)	(29.063.009)
Total	5.394.141.275	5.830.392.848
Curto Prazo	793.380.230	1.331.364.953
Longo Prazo	2.343.956.218	4.362.750.083

(3) Referem-se aos direitos creditórios de PEP rompidos, que serão futuramente compensados com as debêntures da 2ª série da 2ª emissão e devolvidos ao Governo do Estado de São Paulo, após a permanência mínima de 12 meses destes parcelamentos nesta situação. (4) Refere-se ao ajuste a valor justo no reconhecimento inicial, deduzido das apropriações do período, dos direitos creditórios adquiridos do Governo do Estado de São Paulo (Nota 9).

6. Outros Ativos Circulantes

Tributos a compensar (a)	31/12/2015	31/12/2014
Despesas do exercício seguinte	7.350.059	3.806.351
Adiantamento a funcionários	17.344	19.200
Total	7.367.403	3.836.443

(a) O total de tributos a compensar refere-se a: (a) antecipações de R\$ 846.860 de IRPJ/2012 e R\$ 591.619 de IRPJ/2014, bem como R\$ 820.760 de CSSL/2012 e R\$ 304.903 de CSSL/2014; e (b) R\$ 550.408 de IRRF/2012 e R\$ 691.801 de IRRF/2014. Em 31 de dezembro de 2015 inclui IRRF/2015 de R\$ 3.543.708.

7. Debêntures: Conforme menção na nota explicativa nº 1, a Companhia emitiu um total de 5.212.299 debêntures, compreendendo 5 colocações (tranches) distintas cujos detalhes e características estão demonstrados nos quadros abaixo:

Carteira de Debêntures					
Detalhamento/Características	1ª Estruturação		2ª Estruturação		
Garantia	Subordinada	Garantia Real	Quirografária	Quirografária	Garantia Real
Emissão	1ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão
Distribuição	Privada	Pública	Pública	Pública	Pública
Série	Única	Única	1ª Série	2ª Série	Única
Oferta	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 476	ICVM 400
Código	CPSC11	CPSC12	CPSC12	CPSC22	CPSC13
Classificação de Risco (S&P)	brAAA	brBBB	brAAA	brAAA	brAAA
Fundo de Amortização	3 PMT	1,2 PMT			3 PMT
Data Emissão	30/11/2010	01/03/2012	28/11/2014	28/11/2014	18/05/2015
Data Vencimento	28/02/2025	29/02/2016	17/12/2019	18/07/2024	16/06/2020
Quantidade	10.479	1.200	8.000	5.118.620	74.000
Despesa Estruturação e Distribuição	-	5.197.305	14.481.277	-	613.433
Valor da Emissão	1.153.752.571	600.000.000	800.000.000	5.118.620.000	740.000.000
Prazo Amortização	171 meses	46 meses	60 meses	116 meses	60 meses
Prazo Remanescente em 31/12/2015	110 meses	2 meses	48 meses	103 meses	54 meses
Indexador Utilizado	Selic Simples	100% DI	100% DI	12,28% a.a.	100% DI
<i>Spread</i>		2,90% a.a.	2,60% a.a.		2,50% a.a.
Taxa efetiva (*)		DI+3,33% a.a.	DI+3,53% a.a.		DI+2,54% a.a.
Periodicidade de indexação	mensal	diária	diária	mensal	diária

As Debêntures Subordinadas, com vencimento em 28/02/2025, e as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com vencimento em 18 de julho de 2024, têm sua liquidação obrigatória somente em suas respectivas datas de vencimento, razão pela qual os seus saldos devedores estão classificados e registrados no passivo não circulante. No entanto, são realizadas amortizações financeiras antecipadas nas Debêntures Subordinadas e nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, com a disponibilidade mensal de caixa da Emissora, derivada da arrecadação dos direitos creditórios do PPI e do PEP, líquida do pagamento das Debêntures que possuem garantia real e/ou prioridade no recebimento, em conformidade com os respectivos cronogramas de amortização. Conforme menção e valores destacados na nota explicativa nº 15, oportunamente também são efetuadas amortizações antecipadas não financeiras, via compensação de valores, no saldo devedor das Debêntures Subordinadas e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, através do Evento de Indenização, com fulcro no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios, celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo. No quadro abaixo são demonstrados o saldo devedor das Debêntures com Garantia Real e das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, da 1ª Série da 2ª Emissão, segregado por data de vencimento, conforme os respectivos cronogramas de amortização, bem como o saldo das Despesas de Estruturação e Distribuição (Custo de Transação) a apropriar.

Carteira de Debêntures					
	Saldo devedor				
	CPSC11		CPSC12		CPSC13
Classificação	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015
Até 12 meses	31.809.886	179.469.809	276.351.193	169.225.527	222.895.022
Até 24 meses	-	31.809.880	200.329.333	272.730.094	211.091.783
Até 36 meses	-	-	167.158.922	200.329.333	221.870.438
Até 60 meses	-	-	-	167.158.922	35.517.708
Total	31.809.886	211.279.689	643.839.448	809.443.876	691.374.951
Custo de Transação a amortizar	(24.025)	(731.108)	(9.150.648)	(14.481.277)	(513.976)
Total	31.785.861	210.548.581	634.688.800	794.962.599	690.860.975
Curto prazo	31.809.886	179.469.809	276.351.193	169.225.527	222.895.022
Longo prazo	-	31.809.880	367.488.255	640.218.349	468.479.929

8. Outras Obrigações e Contingências: Valores Transitórios a Pagar: Referem-se a valores devidos pela CPSEC ao Estado de São Paulo, decorrentes das diferenças apuradas entre a efetiva arrecadação mensal dos Direitos Creditórios e os valores informados nos relatórios gerados pela PRODESP - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 registrava R\$ 7.127.946 (R\$ 500.574, em 2014). **Passivos contingentes:** Não há litígio em andamento ou riscos com divulgação requerida de acordo com o CPC 25.

9. Mensuração Inicial de Ativos e Passivos Financeiros: 1ª Estruturação: A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PPI como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo (“fair value”) reconheceu uma redução no valor de R\$278.780.351. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Subordinadas, reconheceu uma redução de R\$147.301.984. O valor líquido da mensuração inicial considerou também a ativação de impostos diferidos no valor de R\$44.702.644, resultando no reconhecimento da redução do patrimônio líquido em R\$ 86.775.722. Em 31 de dezembro de 2015 a redução da carteira de Direitos Creditórios do PPI pelo valor justo estava em R\$ 168.752.107 (R\$ 221.651.930, em 2014), enquanto que nas Debêntures Subordinadas estava em R\$ 87.995.097 (R\$ 114.048.658, em 2014). Consequentemente, os impostos diferidos reduziram para R\$ 27.457.384 (R\$ 36.585.112, em 2014) e o ajuste de avaliação patrimonial do PPI foram reduzidos para R\$ 53.299.627 (R\$ 71.018.160, em 2014). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi incorporado ao resultado o montante de R\$ 26.846.26 (R\$ 15.341.464, em 2014), sendo R\$ 17.718.533, líquido dos efeitos tributários (R\$ 10.125.366, em 2014), referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 20 de abril de 2012, com efeitos a partir de 1º de março de 2012, no valor de R\$ 2.079.840.969, os fluxos de recebíveis projetados foram descontados pela de taxa de juros futuros do DI, divulgada pela BM&F, adicionada de um *spread* de 0,5% a.a.. Este “*spread*” foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Subordinadas, inscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$1.153.752.571, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Subordinadas foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Emissão de debêntures com garantia real. A aplicação da apuração do valor justo da 1ª Emissão de debêntures com garantia real, no montante de R\$ 611.447.677, foi nulo em função das taxas de emissão serem apuradas em processo de “bookbuilding” e contratadas com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. 2ª Estruturação:

A Administração da CPSEC, em face do CPC 38, que trata do reconhecimento e mensuração inicial dos instrumentos financeiros, classificou no ativo os Direitos Creditórios do PEP como Recebíveis, e na mensuração inicial do seu valor justo (“fair value”) reconheceu uma redução no valor de R\$ 29.163.595. Em contrapartida, ao realizar a mensuração inicial do valor justo no passivo nas Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, reconheceu uma redução de R\$ 43.416.926. O valor líquido da mensuração inicial resultou no reconhecimento de um aumento do patrimônio líquido em R\$ 14.253.331, cujo valor foi registrado na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. Em 31 de dezembro de 2015 a redução da carteira de Direitos Creditórios do PEP pelo valor justo estava em R\$ 22.642.619 (R\$ 29.063.009, em 2014), enquanto que nas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão estava em R\$ 36.827.091 (R\$ 43.369.069, em 2014), passando o ajuste de avaliação patrimonial do PEP para R\$ 14.184.472 (R\$ 14.306.060, em 2014). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi incorporado ao resultado o montante acumulado no período no valor de R\$ 4.978.032, referente aos efeitos da mudança do valor justo após o reconhecimento inicial. As premissas utilizadas para aplicação do valor justo aos instrumentos financeiros consideraram a forma disposta no CPC 38 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), para precificação nas datas em que foram contratados pela Companhia. Para a apuração do valor justo dos Diretos Creditórios cedidos pelo Estado de São Paulo, em 18 de dezembro de 2014, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 5.903.621.843, os fluxos futuros dos recebíveis foram descontados por uma taxa de juros anual de 12% (doze por cento), adicionada de um *spread* de 0,5% a.a.. Este “*spread*” foi estimado considerando que a taxa de risco de crédito do Estado de São Paulo, que reteve substancialmente o risco de inadimplência dos respectivos Direitos Creditórios do PEP cedidos, seria superior ao risco do Tesouro Nacional (Taxa Selic/DI) e inferior às taxas de captação de empresas estatais controladas pelo Estado. Para apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, inscritas e integralizadas pelo Estado de São Paulo, no valor de R\$ 5.118.620.000, foram usadas as mesmas premissas utilizadas para trazer a valor justo o contrato de cessão de direitos creditórios, tendo em vista que as Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão foram emitidas, essencialmente, como mecanismo de retorno ao Estado dos excedentes financeiros oriundos do recebimento dos Direitos Creditórios, após a amortização da 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures. Em julho de 2015 foi concluída a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia (ICVM 400), a qual tem como lastro os fluxos financeiros de Direitos Creditórios do PEP, tendo esta preferência no pagamento da remuneração e amortização, em relação às Debêntures da 2ª Emissão. Com os recursos provenientes desta captação a mercado, R\$ 750.000.000 foram direcionados à amortização extraordinária do saldo devedor das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 2ª Série da 2ª Emissão, cuja movimentação também teve reflexo no valor justo das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. Não foi aplicado a apuração do valor justo das Debêntures Quirografárias, com Garantia Adicional Real, referentes à 1ª Série da 2ª Emissão, em função de ter sido à taxas de mercado com partes não relacionadas. Diante da capacidade e da intenção de manter a vencimento os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, premissa reforçada por força contratual, os efeitos apurados no reconhecimento inicial do valor justo, serão apropriados na proporção e data de vencimento dos respectivos fluxos projetados. **Divulgação do valor justo de ativos e passivos:** O valor justo dos ativos e passivos se aproxima do valor contábil, em razão das aplicações financeiras serem consideradas como equivalentes de caixa. **Divulgação dos instrumentos financeiros por classe:**

	Valor contábil	Valor contábil	Categoria
Ativos Financeiros			
Aplicações Financeiras	144.145.792	85.502.409	Valor justo através resultado
Direitos Creditórios	6.394.988.385	6.950.964.127	Empréstimos e recebíveis
Passivos Financeiros			
Debêntures com Garantia Real	31.785.861	210.548.581	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Subordinadas	727.375.474	771.598.802	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Mezanino (1ª Série da 2ª Emissão)	634.688.800	794.962.599	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	4.204.052.980	5.024.216.183	Outros passivos mensurados ao custo amortizado
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	690.860.975	-	Outros passivos mensurados ao custo amortizado

Hierarquia de valor justo: Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação considerando os diferentes níveis definidos a seguir:
• Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
• Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
• Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia classificou como nível 2 de hierarquia do valor justo na mensuração dos ativos e passivos financeiros mencionados acima.

10. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 335.000.000 em moeda corrente nacional, representado por 3.350.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais sem valor nominal. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.
b) Lucro do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o lucro auferido foi de R\$ 8.680.520 (R\$ 16.704.877, em 2014), sendo que deste resultado, R\$ 22.696.563 (R\$ 10.178.095, em 2014) são provenientes da regularização do ajuste de avaliação a valor justo de ativos e de passivos financeiros, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.
c) Reserva legal: A Reserva Legal, no valor de R\$ 810.422 (R\$ 614.833, em 2014), é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admitidas em lei. Em 29 de maio de 2015 foram pagos aos acionistas da Companhia R\$ 3.054.640, de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios, referente ao resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. A Administração irá propor ainda o pagamento de dividendos aos acionistas no valor total de R\$ 3.716.189, correspondente a R\$ 1,10931015, por ação ordinária, sendo R\$ 929.047, provisionados no passivo circulante, referente ao dividendo obrigatório, previsto artigo 202, da Lei nº 6.404/76, e o Estatuto da Companhia, e os R\$ 2.787.142 restantes, contabilizados na rubrica “Reserva Especial”, no patrimônio líquido. O dividendo proposto será pago aos acionistas após a aprovação em Assembleia Geral, cuja reunião realizar-se-á em abril de 2016.
e) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial se refere ao impacto do valor justo na mensuração inicial dos instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa nº 9.

11. Remuneração dos Administradores, Conselho e Empregados: A gestão da Companhia é realizada pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (“CODEC”) deliberou através do parecer nº 194/2011 o limite de remuneração da Diretoria e Conselhos das sociedades controladas pelo Estado. Além dos honorários mensais, o CODEC estabeleceu ainda uma Gratificação Anual, “pro rata temporis”, no valor de um honorário mensal a ser satisfeito no mês de dezembro de cada ano (13º salário). Os membros da Diretoria fazem jus a um prêmio eventual, conforme disposto no parecer CODEC nº 150/2005, e direito a descanso anual com características de licença remunerada pelo período de 30 dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais na forma disposta no parecer CODEC nº 200/2008.

	2015	2014
Despesas trabalhistas e previdenciárias:	Exercício	Exercício
Honorários da diretoria e conselho	1.064.257	836.990
Salários - empregados	248.727	235.014
Vale Refeição - empregados	9.742	24.288
Vale Alimentação - empregados	7.738	16.974
Férias e 13º salário - empregados	54.016	57.918
Licença remunerada	54.907	91.822
Gratificação anual	65.373	66.163
Despesa de INSS	348.155	303.920
Despesa de FGTS	93.455	78.474
Total de despesas	1.946.370	1.711.563

12. Detalhamento de Contas da Demonstração do Resultado:

	2015	2014
Dezembro	Dezembro	Dezembro
a) Serviços Técnicos Especializados		
Auditoria Independente	258.725	169.533
CETIP	232.707	79.858
Banco Mandatário	211.895	86.409
Assessoria Contábil	144.477	136.147
Agente Fiduciário	112.363	85.301
960.167	557.248	363.784
b) Anúncios e Publicações	363.784	106.692
c) Despesas Legais e Societárias	84.740	44.231
Taxa CVM	104.146	13.259
Sindicato	86.698	72.987
Seguros D&O	71.228	77.600
Outras despesas operacionais	81.646	89.044
343.718	252.890	190.222

	2015	2014
Dezembro	Dezembro	Dezembro
13. Resultado Financeiro:		
Receitas financeiras:		
Receitas com títulos de renda fixa	18.067.078	8.115.053
Operações Compromissadas	1.433.582	44.533
Descontos obtidos	10.733	5.025
Subtotal	19.511.393	8.164.611
Despesas financeiras:		
IOF (aplicação em fundos investimentos)	1.479.010	497.602
Tarifa Bancária	310	100
Multa e juros incorridos	295	9.944
Subtotal	1.479.615	507.196
Total do resultado financeiro	18.031.778	7.657.415

	2015
--	-------------

14. Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2015	2014
	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.808.249	22.935.553
(-) Exclusão Ajuste a Valor Justo	(31.824.292)	(15.394.193)
Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) não reconhecidos anteriormente	(14.016.043)	7.541.360
Compensação de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	-	(1.432.081)
JCP Provisionado	-	(3.054.640)
Base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.016.043)	3.054.639
Provisão para Imposto de Renda (IRPJ) Corrente	-	739.660
Provisão para Contribuição Social (CSLL) Corrente	-	274.918
IRPJ e CSLL sobre Ajuste a Valor Justo	9.127.729	5.216.098

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$ 4.765.455 de créditos tributários sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda não registrados.

15. Eventos de Indenização e Amortização das Debêntures Subordinadas e das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão: Os Contratos de Cessão dos Direitos Creditórios do PPI e do PEP estabeleceram a obrigação do Estado de São Paulo indenizar a CPSEC no caso de extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios ou na hipótese do recebimento pelo Estado dos Direitos Creditórios cedidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizados eventos de indenização entre o Estado de São Paulo e a Companhia, no montante de R\$ 8.135.526, concernentes às hipóteses de indenizações previstas no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios oriundos do PPI, e R\$ 191.520.622, concernentes às hipóteses de indenizações previstas no Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios do PEP. Os ajustes foram favoráveis à Companhia, permitindo, assim, a compensação dos respectivos valores para a redução do saldo devedor das debêntures subordinadas da 1ª emissão e das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. As amortizações financeiras antecipadas das debêntures subordinadas efetuadas no exercício social de 2015, com as disponibilidades mensais de caixa da Companhia, alcançaram o montante de R\$ 120.321.353 (R\$ 59.455.422, em 2015). Em relação às debêntures da 2ª série da 2ª emissão, as amortizações financeiras antecipadas foram iniciadas em janeiro de 2015, tendo alcançado o montante de R\$ 428.526.073, no acumulado de todo o exercício social. Adicionalmente, convém destacar ainda, em relação às debêntures da 2ª série da 2ª emissão, que em julho de 2015 foi realizada uma amortização extraordinária no valor de R\$ 750.000.000, com recursos oriundos da captação a mercado com a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia.

16. Operações Com Partes Relacionadas
Controlador: O Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PPI (1ª Estruturação), no montante de R\$ 2.079.840.969, de 1º de março de 2012, bem como o Contrato de Cessão de Direitos Creditórios do PEP no montante de R\$ 5.903.621.843 (2ª Estruturação), de 28 de novembro de 2014 conforme mencionado na nota explicativa nº 1 foram firmados com o Estado de São Paulo, seu acionista controlador. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as transações existentes com partes relacionadas são:

Nota	31/12/2015		31/12/2014	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de São Paulo				
Direitos Creditórios - PPI Rompidos	654.371.064	46.202.881	541.984.816	33.202.881
Direitos Creditórios - PEP Rompidos	2.279.447.446	186.887.399	165.340.821	793.712
Debêntures Subordinadas (1ª Emissão)	1 e 7 (815.370.571)	(58.180.037)	(885.647.461)	(54.117.119)
- Debêntures Quirografárias (2ª Série da 2ª Emissão)	1 e 7 (4.240.880.071)	(543.341.513)	(5.067.585.252)	(49.599.428)
- Valores Transitórios a pagar	8 (7.127.946)	-	500.574	-
- Receitas de Indenização	15	- 199.656.148	-	- 119.928.564

O Diretor de Gestão Corporativa da Companhia acumula a função de Diretor da Companhia Paulista de Parcerias, também vinculada à Secretaria da Fazenda, empresa esta acionista com 0,03% do Capital Social da Companhia Paulista de Securitização. A Companhia é administrada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, órgão este de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia.

17. Gerenciamento de Riscos: Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir: os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações financeiras, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições financeiras de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. As Debêntures, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizaram a aquisição de Direitos Creditórios. As condições estabelecidas para resgate dos títulos foram definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos.

Natureza do risco associado	31/12/2015	31/12/2014
	Saldo exposto ao risco	Saldo exposto ao risco
Ativos expostos a risco		
Caixa e Bancos	98.104	6.261.742
Aplicações Financeiras	144.145.792	85.502.409
Direitos Creditórios *	3.652.564.601	6.494.353.430
Passivos expostos a risco		
Debêntures **	3.489.456.417	6.266.630.641

* Excluído o saldo exposto a risco, dos direitos creditórios rompidos, passíveis de utilização para amortização/pagamento de debêntures; ** Saldo das debêntures, líquido dos direitos creditórios rompidos. **Estrutura do gerenciamento do risco:** A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é acompanhado mensalmente para direcionar as estratégias voltadas a novas operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade da Companhia incorrer em perdas no recebimento dos direitos creditórios. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação do cedente, assegurando a integridade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a aplicação somente em instituições financeiras de primeira linha. **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é mitigado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, do saldo dos títulos emitidos. A Companhia monitora os fluxos de pagamentos de suas dívidas e possui ativos para fazer frente a seus fluxos de pagamentos conforme tabela abaixo:

Prazo	31/12/2015					
	Debêntures c/ Garantia Real - 1ª Emissão		Debêntures c/ Garantia Real - 3ª Emissão		Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão	
	Real - 1ª Emissão	Subordinada	Real - 3ª Emissão	Mezanino	2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações
0 a 3 meses	31.809.886	63.273.205	28.832.787	75.970.091	90.175.324	7.127.946
3 a 6 meses	-	62.896.622	68.090.373	70.061.239	48.143.298	-
6 a 12 meses	-	34.829.680	125.971.862	130.319.862	83.924.810	-
1 a 3 anos	-	-	337.422.270	329.005.057	408.363.134	-
3 a 5 anos	-	-	131.057.659	38.483.199	463.843.721	-
Acima de 5 anos	-	-	-	-	866.982.338	-
Total	31.809.886	160.999.507	691.374.951	643.839.448	1.961.432.625	7.127.946

Conselho de Administração	Diretoria	Contador
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos Giovanni Pengue Filho Jorge Luiz Avila da Silva	Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores Tomás Bruginski de Paula - Diretor de Gestão Corporativa	Renato Vieira Pita CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF: 280.830.348-35

Parecer do Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2016, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

José Antônio Parimoschi	Marcio Cury Abumussi	Tzung Shei Ue
Declaração sobre as Demonstrações Financeiras		
Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.		
São Paulo, 11 de março de 2016.		
Max Freddy Frauendorf Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente

Prazo	31/12/2014					
	Debêntures c/ Garantia Real - 1ª Emissão		Debêntures Subordinadas		Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão	
Real - 1ª Emissão	Subordinadas	Mezanino	2ª Série da 2ª Emissão	Outras Obrigações		
0 a 3 meses	43.205.629	23.454.292	41.295.624	285.234.628	500.574	-
3 a 6 meses	44.311.899	22.252.107	40.427.292	268.574.598	-	-
6 a 12 meses	91.952.280	40.747.806	87.502.613	480.622.720	-	-
1 a 3 anos	31.809.881	257.208.440	473.059.426	1.349.143.566	-	-
3 a 5 anos	-	-	167.158.921	1.004.877.886	-	-
Acima de 5 anos	-	-	-	1.513.791.033	-	-
Total	211.279.689	343.662.645	809.443.876	4.902.244.431	500.574	500.574

O fluxo de realização dos ativos financeiros que fazem frente aos pagamentos, está apresentado na nota explicativa nº 5. **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos recebíveis adquiridos (Direitos Creditórios) e Debêntures colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados diversos procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. A Administração procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens/segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o trimestre. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia não está exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros representados pelas Debêntures Subordinadas e pelas Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e pelos respectivos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão dessas Debêntures estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Em relação a 1ª Emissão de debêntures com garantia real, suas condições se equivalem em indexadores e prazos aos contratos de recebíveis tomados como lastro para a sua Emissão, entretanto na composição de taxa apresentam um *spread* fixo adicionado ao seu indexador. Diante da impossibilidade contratual de recompra pela Companhia destas Debêntures, a ocorrência de cenários adversos tornam residuais os efeitos em quaisquer cenários econômicos. Com relação à 3ª Emissão e a 1ª Série da 2ª Emissão de debêntures também não há descasamento de prazo com o respectivo lastro de recebíveis, porém estes recebíveis são atualizados a uma taxa prefixada, enquanto as Debêntures possuem remuneração fluente com base no DI, adicionado de *spread* fixo. As expectativas do mercado para a inflação no curto prazo continuam deterioradas. Em que pese a perda do ritmo, as projeções continuam posicionando-se acima do teto da meta de inflação, fator que pode induzir o Comitê de Política Monetária a continuar o movimento de elevação da taxa básica de juros em suas próximas reuniões. Este cenário pode acarretar em uma melhora no resultado líquido da Companhia, nas operações relacionadas à 1ª Estruturação, em razão da maior proporção de ativos pós-fixados na carteira da Companhia, contraposta a uma piora no resultado líquido nas operações vinculadas à 2ª Estruturação, em razão da carteira de recebíveis do PEP ser prefixada. Neste cenário, na visão consolidada, o resultado líquido tende a piorar, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Ativo	Cenários			
	31/12/2015	Provável 14,50%	Possível (i) 18,13%	Remoto (ii) 21,75%
Aplicações Financeiras	144.145.792	165.046.932	170.272.217	175.497.502
Direitos Creditórios (PPI)	1.169.599.217	1.261.178.836	1.284.073.740	1.306.968.645
Direitos Creditórios (PEP)	5.416.783.894	6.081.964.956	6.081.964.956	6.081.964.956
Total do Ativo	6.730.528.903	7.508.190.724	7.536.310.913	7.564.431.103
Variação	777.661.821	805.782.010	833.902.200	833.902.200
Passivo	31/12/2015	Provável 14,50%	Possível (i) 18,13%	Remoto (ii) 21,75%
Debêntures Garantia Real - 1ª Emissão	31.809.886	37.478.567	38.665.115	39.851.664
Debêntures Subordinada	815.370.571	879.214.087	895.174.966	911.135.845
Debêntures Garantia Real - 3ª Emissão	691.374.951	811.414.927	837.103.827	862.792.728
Debêntures Mezanino	643.839.448	756.363.268	780.309.267	804.255.266
Debêntures 2ª Série 2ª Emissão	4.240.880.071	4.761.660.144	4.761.660.144	4.761.660.144
Total do Passivo	6.423.274.927	7.246.130.992	7.312.913.319	7.379.695.646
Variação	822.856.065	889.638.392	956.420.719	956.420.719
Resultado = TT Ativo - TT Passivo	(45.194.245)	(83.856.382)	(122.518.519)	(122.518.519)
Resultado da Variação	(38.662.137)	(77.324.274)		

(i) Aumento de 25% da taxa básica de juros (Selic) provável; (ii) Aumento de 50% da taxa básica de juros (Selic) provável.

(i) Cenário Possível: premissa considerada pela Administração com elevação de 25% na variável de risco (aumento de 25% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 38.662.137. (ii) Cenário Remoto: premissa considerada pela Administração com elevação de 50% na variável de risco (aumento de 50% na taxa básica de juros) indica uma variação negativa no resultado líquido de R\$ 77.324.274.

18. Informação por Segmento: A operação da Companhia consiste, única e exclusivamente, na securitização dos Direitos Creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado do ICMS (PPI) e do Programa Especial de Parcelamento do ICMS (PEP), do Estado de São Paulo, por meio de Contratos de Cessão, em contrapartida da emissão de Debêntures para captação de recursos no mercado aberto, sendo este o único segmento de negócio da Companhia e base para tomada de decisões dos administradores.

19. Lucro Básico e Diluído por Ação: A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	2015	2014
	Exercício	Exercício
Lucro/Prejuízo do exercício	8.680.520	16.704.877
Número de Ações durante o exercício	3.350.000	3.350.000
Lucro/Prejuízo por ação - básico e diluído (R\$)	2,59120	4,98653

20. Transações que não Impactaram a Demonstração dos Fluxos de Caixa: Todas as transações realizadas pela Companhia que envolveu o caixa estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2014, sendo efetuados como ajuste usual no resultado do exercício os valores contábeis da despesa de depreciação e da realização do ajuste a valor de mercado. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a seguinte transação que não envolveu o caixa, e que, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa. • Compensação no valor nominal das debêntures subordinadas da 1ª emissão dos montantes apurados nos eventos de indenização, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R\$ 8.135.526. • Compensação no valor nominal das debêntures da 2ª série da 2ª emissão dos montantes apurados nos eventos de indenização, conforme menção na nota explicativa 15, no valor de R\$ 191.520.622.

21. Eventos Subsequentes: Em razão do rebaixamento do *rating* de crédito soberano da República Federativa do Brasil e de outras ações de *rating* realizadas nas corporações e instituições financeiras, em 23 de fevereiro de 2016, a *Standard & Poor's* promoveu as seguintes alterações nos *ratings* de crédito das debêntures emitidas pela CPSEC: • Debênture com garantia real - 1ª Emissão rebaixamento do *rating* de brAA(sf) para brAA-(sf); • Debênture com garantia real - 3ª Emissão rebaixamento do *rating* de brAA (sf) para brAA-(sf). Em 29 de fevereiro de 2016, data de vencimento da Debênture com garantia real - 1ª Emissão, a CPSEC quitou integralmente o saldo devedor remanescente. Não ocorreram outros eventos relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que possam impactar as presentes demonstrações financeiras.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos Giovanni Pengue Filho Jorge Luiz Avila da Silva	Jorge Luiz Avila da Silva - Diretor Presidente Max Freddy Frauendorf - Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores Tomás Bruginski de Paula - Diretor de Gestão Corporativa	Renato Vieira Pita CRC nº 1SP215.876/O-8 - CPF: 280.830.348-35

Parecer do Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, complementados pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração e à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2016, sem ressalvas, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de ser submetidas à deliberação dos Senhores Acionistas. É o Parecer.

José Antônio Parimoschi	Marcio Cury Abumussi	Tzung Shei Ue
Declaração sobre o Parecer dos Auditores Independentes		
Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 3º andar, CEP 01017-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07 ("Companhia"), nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 11 de março de 2016, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.		
São Paulo, 11 de março de 2016.		
Max Freddy Frauendorf Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente	Jorge Luiz Avila da Silva Diretor Presidente

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Paulista de Securitização

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Securitização (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Securitização em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase**Transações com partes relacionadas**

Conforme mencionado nas notas 1 e 16, as operações da Companhia são substancialmente realizadas junto ao Estado de São Paulo, seu principal acionista. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos**Informação suplementar - demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro 2014 foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2015, sem ressalvas e contendo parágrafo de ênfase relativo o mesmo assunto mencionado no parágrafo de ênfase acima.

São Paulo, 11 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva

Contador CRC 1SP197007/O-2